



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FRANCISCO THIAGO MEDEIROS LIMA

ELEIÇÕES E CLIENTELISMO NO MUNICÍPIO DE BORBOREMA NA
PARAÍBA

CAMPINA GRANDE - PB
2014

FRANCISCO THIAGO MEDEIROS LIMA

ELEIÇÕES E CLIENTELISMO NO MUNICÍPIO DE BORBOREMA NA
PARAÍBA

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao curso de BACHARELADO
EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA da
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

CAMPINA GRANDE - PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L732e Lima, Francisco Thiago Medeiros
Eleições e clientelismo no Município de Borborema na
Paraíba [manuscrito] / Francisco Thiago Medeiros Lima. - 2014.
38 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Administração Pública EAD) - Universidade Estadual da Paraíba,
Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância,
2014.

"Orientação: Prof^o. Filipe Reis Melo, Secretaria de Educação
à Distância".

1. Política. 2. Coronelismo. 3. Clientelismo. 4. Eleitor. I.
Título.

21. ed. CDD 320

FRANCISCO THIAGO MEDEIROS LIMA

ELEIÇÕES E CLIENTELISMO NO MUNICÍPIO DE BOREBOREMA NA
PARAÍBA

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao curso de BACHARELADO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA da
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Data de Aprovação

06, 12, 2014

BANCA EXAMINADORA



Orientador: Prof. Dr. Filipe Reis Melo



Prof. Me. Igor Martins



Profa. Me. Simone Costa Silva

Campina Grande, 6 de dezembro de 2014

A minha Noiva, meus Pais, Amigos e
Irmãos.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A esta Universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior,

Ao meu orientador Professor Dr. Filipe Reis, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

A Minha Noiva por seu companheirismo, paciência e amizade.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Palavra errada, na hora errada, pode se transformar em ferida naquele que disse, e também naquele que ouviu. Em muitos momentos da vida o silêncio é a resposta mais sábia que podemos dar a alguém. Por isso, prepara bem a palavra que será dita. Palavras apressadas não combinam com sabedoria. Os sábios preferem o silêncio. E nos seus poucos dizeres está condensada uma fonte inesgotável de sabedoria. Hoje, neste tempo de palavras muitas, queiramos a beleza dos silêncios poucos.

(Pe. Fábio de Melo)

LISTA DE ABREVIATURAS

PMDB - Partido do Movimento Democrático

Brasileiro PSL – Partido Social Liberal

PT - Partido dos Trabalhadores

PDS – Partido Democrático

Social PL - Partido Liberal

RESUMO

Esta monografia objetiva fazer uma reflexão sobre as relações entre político e eleitor existente no Município de Borborema - PB. Veremos exposta a relação paternalista que surgiu já no Brasil Colônia entre a nobreza e o Rei. Discute-se também, as relações coronelistas - clientelistas implantadas no Brasil república, quando o trabalhador ficava totalmente dependente da vontade do fazendeiro, em função de suas poucas condições financeiras. É discutida a política de troca de favores entre o coronel e o Estado. Também, fala-se sobre a maneira como o coronelismo sobreviveu na modernidade e como as práticas clientelistas entre Estado e as oligarquias agrárias continuam a operar. Por fim, discutem-se as relações clientelistas existentes entre eleitor e político no município de Borborema. A pesquisa é tipicamente descritiva e bibliográfica com algumas abordagens a eleitores da Cidade ao qual relatam fatos das eleições municipais. Concluindo assim que o clientelismo que surgiu com as relações coronelistas ganharam uma nova roupagem nos dias atuais.

Palavras-Chaves: Clientelismo. Coronelismo. Eleitor. Político.

ABSTRACT

This monograph aims to reflect on the relationship between political and existing voter in the City of Borborema - PB . We will see exposed the paternalistic relationship that already emerged in Brazil Cologne between the nobility and the King discusses also the coronelista relations - patronage established in Brazil republic, where the worker was totally dependent on the farmer will, due to their poor conditions financial . The paper discusses the favors exchange policy between the colonel and the state. Also , there is talk about how coronelismo survived in modernity and as clientelist practices between the state and the agrarian oligarchies continue to operate . Finally , we discuss the existing clientelistic relations between voter and politician in the municipality of Borborema . The research is typically descriptive and literature with some approaches to voters of the City to which report facts of the municipal elections . Thus concluding that the patronage that came with the coronelista relations gained a new look today.

Key Words: Patronage. Colonels. Voter.Politician.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. REFERENCIAL	13
2.1 ELEIÇÕES E CLIENTELISMO NA HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA	13
2.2 HISTÓRIA DA POLÍTICA BRASILEIRA	13
2.3 CLIENTELISMO E OS TEMPOS MODERNOS NO SÉCULO XX	20
2.4 CLIENTELISMO E AS MUDANÇAS POLÍTICAS	22
3. METODOLOGIA	28
3.1 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	28
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	30
4.1 A RELAÇÃO POLÍTICA ENTRE ELEITOR E POLÍTICO EM BORBOREMA	30
4.2 A DINÂMICA ELEITORAL NAS ELEIÇÕES DE 2012	30
4.3 A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS E SEUS ELEITORES	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE	38

1. INTRODUÇÃO

Na Cidade de Borborema (PB), sempre que o candidato vencedor das eleições vai assumir o cargo ao qual foi eleito, as pessoas que têm empregos nos órgãos públicos, mas que não são servidores concursados, ficam apreensivas, pois o candidato eleito pode tirar aqueles que não os apoiaram e nomear os seus cabos eleitorais.

Mas no País que vivemos é muito comum essa forma de se empregar alguém, pois, candidatos a Prefeitos, em suas campanhas, chegam a fazer promessas de emprego a alguns daqueles que lhes derem um voto. Isto acontece muito na área da educação por ser um dos setores que mais tem dinheiro. Se não é o candidato a prefeito são os candidatos a Vereadores. Isso acontece principalmente em cidades pequenas.

Nos municípios pequenos e interioranos, sabe-se que a política partidária tem um grande poder de influenciar a vida das pessoas. Em função da cultura que fora desenvolvida ao longo dos anos, considera-se normal, ações voltadas para o clientelismo – ajuda de políticos a ações públicas para seus eleitores.

É fato ainda, que logo que se tem uma eleição em municípios interioranos, é comum conviver com políticos comprando eleitores a troco de bens que muitas vezes o poder público se omite de ofertar à população.

A coisa se torna tão comum, que os eleitores veem como natural o prefeito ou candidato do prefeito usar a máquina pública para se reeleger. Acham natural também, o comércio do voto, ou seja, candidatos “doarem” para seus eleitores, cimento, tijolos, dentaduras, entre outros, a fim de obter seu voto. Entretanto, porque se tem esta cultura? Será que sempre no Brasil operou o clientelismo?

Em função do exposto, a realidade é permeada de ações tais como compra de votos, emprego em troca de votos, perseguição de políticos contra adversários, dentre outros, tudo em função da pobreza existente, cuja característica acaba alimentando tal cultura.

É neste sentido que esta monografia discorre. Ela objetiva fazer uma reflexão sobre as relações entre político e eleitor existente nos pequenos municípios. Para tanto, está dividida em quatro capítulos.

O primeiro capítulo discute a política brasileira. Aqui, faz um breve retrospecto da política no Brasil desde o período colonial até o Brasil república, discutindo vícios e práticas existentes no sistema.

O segundo capítulo faz uma análise do clientelismo no século XX, ou seja, discute-se a sobrevivência desta prática durante todo este século, no período Vargas, a ditadura militar até os dias atuais.

O terceiro capítulo fala sobre a metodologia deste trabalho. O quarto capítulo faz uma discussão sobre a prática clientelista eleitoral no Município de Borborema, Estado da Paraíba.

2. REFERENCIAL

2.1 ELEIÇÕES E CLIENTELISMO NA HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA

O termo política pode ser considerado como um dos mais amplos e complexos. O motivo principal para essa complexidade pode estar em sua aplicação concreta da denominação entre as comunidades e os estados, tanto na antiguidade quanto no mundo moderno. Essa palavra é uma expressão que guarda sentido com as práticas e comportamentos sociais gregos.

A palavra “política deriva-se do adjetivo originado de polis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social” (BOBBIO, 1993, p.954), e adquire na modernidade, vários significados, como as atividades político-partidárias, fazendo com que grupos fiquem no poder, ou para ações dos governos, a expressão, neste caso, é mais voltada para o sentido da prática de políticas públicas. Essas duas vertentes de definição se separam: um diz respeito às atividades de conquista do poder; o outro trata da ação voltada ao bem social.

A Política é um tema que, apesar de ser discutido no Brasil há muito tempo, continua a merecer uma análise mais detida. Em primeiro lugar, porque o papel do político tem sido muito questionado em nosso País, em função de constantes notícias de corrupção e enriquecimento ilícito por parte de tais atores nas diversas instâncias de poder, levando a população a generalizar os políticos como corruptos.

2.2 HISTÓRIA DA POLÍTICA BRASILEIRA

Ao longo da história do Brasil, pode-se construir uma noção das relações políticas que foram se estruturando, sabe-se que a evolução da História do país é pontilhada por uma presença forte e intensa do Estado que ao mesmo tempo em que demonstra seu autoritarismo, legitima-se mediante práticas paternalistas para com os menos favorecidos. De acordo com os postulados de Martins (1999), não havia no período colonial, distinção entre o que se poderia chamar de bens de propriedade do Estado e bens do cidadão, de modo que entre o Rei e os senhores de terra, existia uma relação contratual em que o Rei se servia do patrimônio dos

súditos e estes, do patrimônio do Rei, já que tudo estava disponível para usufruto dos vassallos, mediante o pagamento de impostos à Coroa.

No que se referem às terras, elas eram sinônimo de poder na colônia, O Rei concedia seu uso na forma de sesmarias – que eram lotes de terra doados pelo Rei aos sesmeiros, para cultivo e estes tinham que promover benfeitorias e cultivo. Assim, o Rei tinha garantido a recuperação da posse das terras, caso estas fossem abandonadas ou não gerassem os impostos aos quais, o Monarca tinha direito.

A concessão de sesmarias era uma forma de o Rei mostrar que estava concedendo prestígio aos sesmeiros, pois:

A concessão territorial (...) não era um direito, mas uma retribuição. Portanto, as relações entre o vassalo e o rei ocorriam como troca de favor. A lealdade política recebia como compensação retribuições materiais, mas também honrarias, como títulos e privilégios, que no fim, resultava em poder político e, conseqüentemente, em poder econômico (MARTINS, 1999, P. 23).

Já neste sistema de concessão de sesmarias, pode-se perceber que as terras concedidas pelo Rei não se materializavam de forma a atender as necessidades do povo, mas sim, às dos sesmeiros. Estes últimos, normalmente, já tinham prestado serviço anteriormente à Coroa e por conta disso, se achavam legítimos mercedores de tais concessões.

Durante os séculos XVI e XVII as propriedades públicas no Brasil eram confundidas, em sua maioria, com os bens privados. Observa-se que as vilas e municípios eram constituídos pelas casas dos chamados “homens bons”, isto é, “homens que não eram mecânicos, operários, degredados, judeus e outros que pertenciam à classe dos escravos e peões” (LEAL, 1998, p. 106). Para sustentar tal relação, eram concedidos poderes a tais vilas para que os homens bons administrassem a fim de obter benefícios para a República, entendida naquela época como coisa pública, mas que era administrada pela Assembleia dos Particulares.

Considerava-se público nesta época, tudo aquilo que não pertencia ao Rei ou ao Estado, mas que sua administração estivesse aos cuidados de particulares. O donativo Real cobrado aos sesmeiros, não traduzia-se em dinheiro, e sim em serviços prestados à Coroa, convocados pela Câmara a realizarem. Os serviços eram: expedições de guerra a invasores ou a indígenas; construção de estradas;

construção de pontes ou manutenção destas; organização de vilas, tudo sempre as suas custas, ou seja, o imposto era uma espécie de tributo político devido à Coroa. Tem-se então, que a unidade fiscal era uma unidade política e assim, traduzia-se como unidade patrimonial da Coroa.

Leal (1998) conta que a questão representativa no período colonial era limitado à composição das Câmaras Municipais e a questão eleitoral não se constituía preocupação do Rei, pois este poderia intervir como e na hora que desejasse no cotidiano municipal ou, autorizar pessoas a fazê-lo.

A partir da instituição da Assembleia Constituinte de 1823 e logo depois, com a composição da Assembleia Geral enquanto órgão permanente de governo no país deu-se grande importância à questão eleitoral. Tal importância deve-se ao fato de se dividir o país em comarcas, distritos e com a Constituição de 1824, fora implementada o sistema de eleições indiretas:

Esse processo de eleição, no qual toda a população participava em momentos diferentes, era excessivamente complicado. O povo em massa, reunido em Assembleia na paróquia, nomeava compromissários, que por sua vez designavam os eleitores da paróquia. Reunidos na sede da comarca, estes eleitores de paróquia escolhiam os eleitores de comarca que, na capital da província, deveriam eleger os deputados (KINZO, 1990, p. 51).

No período colonial, votava-se para selecionar os componentes da Assembleia Provincial, a Câmara dos Deputados e o Senado. As eleições locais davam-se de maneira direta, já as eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleia Provincial e o Senado, eram indiretas e perduraram até o ano de 1880, quando em 1881 passaram a ser diretas. Entretanto, o direito a voto era censitário, ou seja, somente quem tinha propriedades podia votar, limitando assim o corpo de eleitores.

Depois que D. Pedro I abdicou, a Regência Feijó instituiu no Brasil, a Guarda Nacional que traduziu-se como uma poderosa instituição patrimonial que ligou muitos proprietários rurais ao governo. Era portanto, uma instituição que num primeiro momento fora criada para resolver eventuais desordens, e num segundo momento foi que esta traduziu-se num mecanismo de cooptação de produtores rurais.

É preciso destacar que os oficiais da Guarda serviam gratuitamente a Coroa e ainda, pagavam pelas patentes, além de arcarem com seu fardamento com o próprio bolso. Eles faziam isso, porque assim “os potentados locais ganharam visibilidade e

forma política como coronéis da Guarda. O que fora originalmente instrumento político do município e, portanto, dos senhores de escravos e de terras, sobretudo nos séculos XVI e XVII” (MARTINS, 1999, p. 27), que a partir do século XVIII materializou-se como instrumento de poder absoluto da Coroa.

Depois que aconteceu a proclamação da Independência no Brasil, o poder político organizado no período colonial voltou ao controle dos senhores rurais e locais, culminando com um Estado patrimonial e não igualitário, já que o povo estava dividido em vários grupos, indo daqueles que tinham direito aos que não tinham direito algum, como aqueles que se inseriam na categoria povo.

Para que uma pessoa pudesse votar nesta época, tinha que ter uma certa renda e muitos nem estavam aptos a votar em todas as eleições, pois:

A amplitude do voto era regulada pelo patrimônio de cada um, pois só os ricos votavam em todas as eleições (Municipais Provinciais e Nacionais). Os não tão ricos votavam nas eleições municipais e provinciais, mas não nas nacionais. E os senhores de posses modestas votavam apenas nas eleições municipais. Essa escala fazia do município, na verdade, o lugar de mais completa participação política da minoria a quem se reconhecia direitos políticos, pois era onde estava o mais completo colégio eleitoral, dos eleitores mais ricos aos eleitores com reduzido patrimônio (MARTINS, 1999, p. 27).

Fica mais que evidente uma detalhada hierarquia social, já que os eleitores eram escolhidos entre aqueles que tivessem posses. Eram integrantes desta categoria, os bacharéis, membros da Guarda Nacional, os clérigos, agregados ou dependentes do senhor das terras. Este comportamento deixava mais do que claro a exclusão que reinava nesta época, já que as eleições tinham o poder de representação como sendo uma espécie de lealdade dos eleitores, obediência e reconhecimento e os patrões, tinham assim reafirmado seu poder de proteção, afirma Kinzo (1990).

Kinzo (1990) diz ainda que as eleições que eram realizadas no período colonial eram repletas de fraudes, imperava a falta de lisura nos pleitos, visto que não se fazia parte deste sistema, os representantes de grande parte da população, como escravos, mendigos e os que não tinham renda suficiente para caracterizarem-se como eleitores, as mulheres que sequer constavam no texto legal da época. A fraude, violência e honrarias era questão decisiva como forma de manifestação das urnas.

Com o fim da escravidão, houve uma ampliação das pessoas que podiam votar, daí que o voto dos trabalhadores do campo adquiriu grande importância. Assim, os proprietários de terra tiveram então sua influência política elevada, já que os trabalhadores do campo possuem forte dependência destes em função do modelo da estrutura agrária do Brasil, que faz com que os trabalhadores rurais fiquem em situação de completa ignorância e abandono.

Os grandes fazendeiros enxergaram então, que o sistema tal como era não pudesse mais atender aos seus objetivos, daí que os grandes latifundiários concordaram que o voto ficaria restrito aos alfabetizados e acabaria então, a solicitação da comprovação de renda para poder votar. Tais medidas fizeram com que o universo de votantes fosse elevado bastante, passando em muito as estatísticas do Império, entretanto, somente cerca de 3% da população estaria apta ao voto, fato que fez com que a participação popular continuasse ainda bastante diminuta.

Segundo conta Leal (1998), além do reduzido número de eleitores que ainda continuava, eles não podiam votar de forma livre e democrática, já que eram dependentes dos grandes fazendeiros e estes interferiam de forma violenta nas eleições. A mudança ocorrida na República nada mais era então, do que uma nova configuração do sistema clientelista, já que as estratégias básicas para eleger as lideranças políticas continuariam as mesmas. Diante do exposto, chega-se à conclusão que o voto na República continuara com o voto restrito, mas com uma roupagem universal.

Como o voto dos analfabetos era proibido e o fato de as elites estaduais controlarem o processo eleitoral, a participação da população nas eleições era insignificante. As elites municipais realizavam o processo de alistamento dos eleitores. Como a apuração ficava a cargo das Câmaras locais, era tudo muito evidente o processo fraudulento das eleições, pois:

As falsificações mais importantes nas eleições da Primeira República eram: o bico-de-pena e a degola ou depuração. A primeira era praticada pelas mesas eleitorais, com a função de juntas apuradoras: inventavam-se nomes, eram ressuscitados os mortos, e os ausentes compareciam. A segunda era obra das Câmaras Legislativas no reconhecimento de poderes: muitos dos que escapavam das ordálias preliminares tinham seus diplomas cassados na aprovação final. (LEAL, 1998, p. 229).

Como se pode notar pelo exposto por Leal (1998) o processo eleitoral durante a República Velha era eivado de falcatruas e falsificações, já que tinha-se por certo os políticos que deveriam ser eleitos. O que contava era o desejo dos grandes fazendeiros, latifundiários locais e não, o que os eleitores efetivamente queriam. Como eram eles que mandavam, não interessava muito as regras utilizadas para apuração dos votos, já que a vontade dos dominantes tinha que prevalecer de qualquer forma, afirma Duverger (1992).

A Proclamação da República significou para o sistema eleitoral, a transferência dos latifúndios escravocratas, para os grandes proprietários de café, bem como a crescente importância em termos de poder, daqueles que estavam operando na burocracia e que derivavam do poder militar, no entanto, as estruturas de dominação local continuaram e se organizaram para compor o governo central e local através das práticas de coronelismo.

Segundo Diniz (1995), no período intitulado República Velha, a economia do Brasil predominantemente era agrícola e a maior parte da população a qual o Brasil era constituído, era rural. Na sociedade brasileira da época, as figuras conhecidas pelo nome de coronéis eram os donos grandes propriedades e tinham em seus latifúndios um considerado número de funcionários que não tinham proteção nenhuma do governo Central no que tange à legislação, bem como ganhavam salários miseráveis. Assim, para que tais trabalhadores pudessem sobreviver, já que seu salário não lhes era bastante, tinham que depender da ajuda do coronel: dinheiro emprestado, auxílio para educação dos filhos; ajuda na hora das doenças, dentre outras necessidades.

Naquela época, quase tudo se dava em função do “favor” do coronel, cujo poder além das cercanias de sua fazenda, ia por todo o município. Assim, os principais empregos e cargos públicos estavam em função de sua influência: prefeitura, delegacia, escola, cartório, estação de trem, dentre outros postos.

Leal (1998) conta que as pessoas que eram consideradas importantes no município buscavam algum tipo de relação com o coronel, como: o dono do armazém, médicos, advogados, prefeito, vereadores, delegado, juiz, padre, dentre outras figuras. Muitas pessoas acalentavam o sonho de conseguir com que o coronel fosse padrinho de seus filhos e assim, tornarem-se compadres. Leal (1998) diz que era comum que todos achassem normal o poder do coronel e quanto mais

terras este tivesse, maior seria sua influência, pois mais pessoas passariam a depender de seu poder.

A troca de favores dava-se da seguinte forma: os coronéis exigiam que as pessoas que lhes devessem favores votassem nos candidatos de sua preferência aos cargos públicos, tais como: vereador, prefeito, deputado, senador, governador e presidente da República. Se a pessoa se negasse a votar no candidato do coronel, não mais poderia contar com seus “favores”, além de ficarem expostos a ação violenta dos jagunços e capangas que trabalhavam para os senhores nas fazendas. Tais jagunços eram conhecidos pela ação violenta com que estes perseguiram, batiam e matavam os inimigos dos coronéis.

Daí questiona-se: como os coronéis sabiam que os eleitores votavam em seus candidatos? Simples, é que naquela época o voto não era secreto como é hoje. Na hora de votar, os eleitores tinham que mostrar ao público presente em quem tinham votado. Os jagunços viam e contavam ao coronel. Este sistema em que os eleitores eram coagidos a votar em quem os coronéis mandassem ficou conhecido pela expressão “voto de cabresto”, pois o eleitor tinha que votar em quem o coronel mandasse.

A política estadual funcionava da seguinte forma: o coronel mais importante de uma região reunia-se com outros coronéis e entravam em acordo sobre qual candidato a governador iriam apoiar. Quando o governador era eleito, iria logo retribuir o apoio recebido dos coronéis. Tais retribuições eram a entrega de obras para que construíssem onde quisessem, tais como praças, estradas, escolas, dentre outros (DINIZ, 1995).

A política era realizada de forma que os coronéis apoiavam o governador do Estado e em troca, recebiam ajuda financeira do Estado, de tal forma que “[...] o coronelismo se manifesta num compromisso, numa troca de proveitos entre o chefe político e o governo estadual, com o atendimento por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitorado rural” (FAORO, 2000, p. 631). O resultado de tudo isso era que o poder político em cada Estado ficava sempre no poder de determinado grupo.

Quando findava o mandato do governador, este tratava de passar o poder para um parente ou amigo pertencente ao mesmo grupo político. Assim, conclui-se que o coronel era a figura responsável pela manutenção do poder constituído, já que cada um deles tinha a sua região geográfica de influência, em função de seu domínio de

terras e assim, eram mínimas as possibilidades de algum candidato da oposição ascender ao poder, ou seja, somente ocorria tal hipótese, se este pudesse contar com apoio a nível federal ou estadual, algo muito raro de acontecer, diz Martins (1999).

2.3 CLIENTELISMO E OS TEMPOS MODERNOS NO SÉCULO XX

Martins (1999) conta que o fenômeno clientelismo no Brasil constitui uma estratégia de corrupção moderada e política, pela qual os políticos detentores de muito capital financeiro compram os eleitores de menor poder aquisitivo. Além do exposto, é uma maneira antiga, tradicional e anti-moderna de controle político dos eleitores, que fatalmente tenderia a desaparecer com o advento da modernização da sociedade. Entretanto, observa-se que tal fato não se materializou, ao contrário, o fenômeno se revigorou embora tenha assumido uma configuração diferente de operar. Mas vem sendo utilizado com afinco em diversas regiões, em vários municípios por todo o Brasil, principalmente em cidades interioranas e pobres, onde as pessoas estão mais suscetíveis a tais abordagens.

É necessário destacar que a relação clientelista não se dá apenas entre políticos ricos e eleitores pobres. Esta prática sobrevive a modernização, porque esta vem acompanhada de períodos de instabilidade das instituições, pela desigualdade social, dentre outras características. Assim esta prática é executada por diversos políticos de perfil mais moderno, já que tais práticas por questões tradicionais da oligarquia brasileira, dá-se através a troca de favores entre quem está no comando dos órgãos estatais e os eleitores, mediante influência de políticos.

O clientelismo político sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala. Portanto, é essencialmente uma relação entre os poderosos e os ricos e não principalmente uma relação entre os ricos e os pobres (MARTINS, 1999, p. 29).

Assim, pode-se afirmar que nos dias atuais existem relações clientelistas com eleitores pobres e políticos ricos, mas não são somente nesta configuração de agentes que tais práticas acontecem, percebe-se então que a troca de favores, historicamente não pertence apenas a uma classe mais abastada e com eleitores

pobres, já que classes sociais mais abonadas financeiramente também buscam benefícios para si ou para os seus. Muito antes de ter direito ao voto, os ricos já tinham uma relação de troca entre o Estado, pois a Coroa fazia uso dos bens patrimoniais privados para execução de serviços públicos. Como retribuição, entregava para os antigos proprietários, honrarias e poder local, que em outras palavras, resume-se a prestígio (LANNA, 1995).

Faoro (2000) diz que era através da relação entre proprietários e o Estado, que os primeiros iam aos poucos, acumulando terras, dinheiro e riquezas, pois “[...] não seriam raros, entretanto, os casos de coronéis senhores de crédito e de monopólios comerciais, que, graças às suas conexões políticas, enriqueciam com empréstimos e a compra das safras de pequenos sítiantes” (FAORO, 2000, p. 637-638). Fica então muito clara a relação do agente público e sua atuação ativa numa extensa rede clientelista, na qual o coronel utiliza de sua influência no setor público para benefícios particulares, confundindo então, a organização do Estado com os bens próprios.

No que se refere à modernização da sociedade brasileira, diferente de muitos outros países capitalistas, aqui aconteceu de maneira lenta e gradual, sempre em função da ordem e da tradição e neste sistema, o novo resulta sempre do desdobramento do velho, ou seja, muitos vícios continuam. Martins (1999) analisa que por este motivo é que se observa em muitos setores da economia e da sociedade uma modernidade de ponta, mas que ao mesmo tempo, conservam relações sociais arcaicas, alicerçadas no tradicionalismo antigo, como o sistema de peonagem e a escravidão em função de dívidas, nos anos recentes. O autor pondera que é por este motivo que não se consegue explicar a dinâmica porque passou e passa a sociedade brasileira através da história e política de modelos considerados clássicos, mas mediante uma estrutura única, peculiar.

Mesmo com as transformações resultantes do processo de industrialização do país, as classes sociais originárias – sejam burguesas ou operárias, adaptaram-se rapidamente à dinâmica clientelista aqui imposta. A classe burguesa, desde os primórdios da colonização do país, está acostumada a um histórico de transações e trocas de favores com o Estado.

A influência do sistema coronelista fora tão forte, que sua dominação não só garantiu as orientações econômicas do Estado, mas também a execução de práticas políticas institucionais. Segundo Dantas (1987, p. 23), “[...] as práticas eleitorais de

voto a bico-de-pena, atas falsas e comissões eleitorais controladas pelos coronéis tornaram o sistema representativo extremamente viciado”, culminando com práticas atrasadas, visto que mesmo o sufrágio universal tenha se estabelecido na história política do país, ele passou a traduzir-se como sendo uma formalidade sem eficácia para a população menos assistida, visto que a representação ainda continuaria a depender dos ditames do coronel.

2.4 CLIENTELISMO E AS MUDANÇAS POLÍTICAS

Era através de muitas alianças e conluíus, que as oligarquias agrárias tinham o controle do poder através de todo o período da história intitulada ‘República Velha’. Nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, tais oligarquias organizavam-se através de dois grandes partidos políticos: o PRP – Partido Republicano Paulista; e o PRM – Partido Republicano Mineiro. O maior colégio eleitoral do país era São Paulo e este Estado caracterizava-se como sendo o maior produtor de café, logo o Partido Republicano Paulista tinha seu poder alicerçado na riqueza produzida pelo café.

O Estado de Minas Gerais era o segundo maior produtor de café, mas em produção de leite, era o primeiro, então o Partido Republicano Mineiro tinha seu poder assentado no leite. Estes dois Estados faziam coligação com as oligarquias dos demais Estados da federação e assim mantinham o controle da política no Brasil. Neste período, quase todos os presidentes da República foram eleitos através do apoio dos Mineiros (PRM) e dos Paulistas (PRP) que se revezavam no poder, daí o apelido da aliança entre PRP e PRM: Política do Café com Leite, de tal forma que “[...] a política hegemônica tempera-se com o leite mineiro, em breve preponderantemente no café republicano” (FAORO, 2000, p. 585).

A política do Café com Leite imperou a partir de 1906 e garantiu uma alternância de poder na Presidência da República, ora com mineiros, ora com paulistas. No entanto, para isso, utilizavam a Política dos Governadores. Os governadores, por sua vez, nos Estados, eram apoiados pelos interesses agrário-exportadores, ou seja, café em São Paulo, leite em Minas Gerais e Rio de Janeiro e açúcar no Nordeste.

Acontece que o governo valorizou a política do café e com a quebra da Bolsa de Nova York em 1929, juntamente com a insatisfação da crise política deste sistema, especialmente pelos militares e a falência financeira culminou com a

Revolução de 1930, com a deposição do então presidente Washington Luís. Termina-se então a República Velha e tem-se início a intitulada Era Vargas, no dia 3 de novembro de 1930. Este período desalojou do poder, a oligarquia cafeeira. Dantas (1987, p. 24) conta que esta Era dividiu-se em três períodos: “[...] o Governo Provisório (1930-1934); o Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945)”.

A coisa ficou tão centralizada, que numa terra que antes os prefeitos e autoridades municipais que jamais passariam sem consentimento dos coronéis, agora, os interventores estaduais nomeavam estes sem dar ouvidos aos tradicionais coronéis da região.

No mesmo ano da Revolução Constitucionalista tem-se a criação de um novo Código Eleitoral, cujo veio a introduzir “[...] o voto secreto e a Justiça Eleitoral – que desempenhou a partir de então o papel de alistar os eleitores, organizar e apurar as eleições e proclamar e reconhecer os eleitos” (DUVERGER, 1990, p. 75-76). Este Código implementou várias modificações no sistema eleitoral no Brasil, tais como a extensão do direito de voto às mulheres e a redução da idade do eleitor, que antes era 21 anos, passando para 18 anos.

Dantas (1987) conta que a Justiça Eleitoral, que fora extinta em 1937 veio a aparecer no ano de 1945 para coordenar o processo eleitoral que estabelecia a democracia. Com este sistema, as oligarquias recuperam parte do poder político perdido. Entretanto, Dantas (1987) diz que no ano de 1946 fora instituído outra Constituição e esta veio a garantir uma certa descentralização político - administrativa, o que veio a fazer com que o voto tornasse-se fonte de legitimação do poder político, elevando-se as relações de paternalismo e comercialização deste.

É preciso ressaltar que a violência e o prestígio dos coronéis não sumiram. Continuavam operando, mas em proporções menores:

Sentindo cada vez mais a valorização do seu colégio eleitoral, os coronéis, no processo das eleições, apoiam determinado candidato a governador, elegem seu prefeito, vereadores e por vezes deputado, mas passam crescentemente a mercantilizar o voto, com candidatos a deputado federal e a senador (DANTAS, 1987, p. 32).

Diante do exposto, vê-se que o voto vai assumindo condição de mercadoria ao ser comercializado declaradamente, de forma que as barganhas vão ganhando forma no processo eleitoral, culminando com o contágio dos eleitores do coronel. Na

opinião de Dantas (1987), o fato de o voto ser comercializado implicaria no desaparecimento do sistema coronelista, uma vez que as pessoas passariam a exigir objetos como roupa, sapato, óculos, empregos dentre outros, em troca de seus votos.

Entretanto, o raciocínio esboçado por Dantas (1987) não se torna realidade, principalmente nas regiões onde a concentração de pobreza é maior, como no nordeste brasileiro. Nesta região, onde as pessoas vivem em estado de extrema pobreza, o coronelismo impera, com a troca de favores, dentre outros, já que as pessoas passam por necessidades e passam a enxergar nas eleições, uma possibilidade de serem ajudadas, através dos políticos.

Nos municípios interioranos do nordeste, a grande maioria da população nesta época - e ainda hoje, eram desassistidas de serviços básicos, como saúde e educação. A dependência aos políticos se inicia quando as pessoas necessitam de tais serviços e vão atrás dos políticos, que fazem questão de afirmar que as estão ajudando fazendo um favor, já que compraram seu voto e portanto, não possuem obrigação de ajudá-las. Nestas situações, o autor entende que tem-se aí não o coronelismo, mas o clientelismo, caracterizado pela política assistencialista paternalista pela qual é caracterizada, bancada pela máquina administrativa local.

Ao final do ano de 1945 é que há a convocação de eleições no país após anos de ditadura imposta por Vargas, havendo eleição para Presidente da República, Senadores e deputados Federais. Em 1946 após a Assembleia Constituinte, é outorgada a Constituição.

Com todo este processo em que a sociedade aos poucos vai avançando, nota-se que existe uma resistência de alguns setores, principalmente na área rural, sob o controle do coronelismo. No entanto, as formas de dominação presentes na Primeira República já não eram suficientes para manter o controle como antes. Leal (1998) conta que aos poucos, o poder de influência do coronel vai diminuindo, em função de outras lideranças que vão se estruturando, com o advento das indústrias, comércios, e assim o surgimento novas profissões. Isto não implica dizer que o coronelismo acabara, apenas cedeu o lugar a outros líderes.

A ditadura militar durou de 1964 até 1984 e deixou explícito que para que se possa governar, era preciso que se fizesse um acordo entre as bases municipais e controladas pelas oligarquias, até porque foi através desta base que os militares

conseguiram extrair e impor seu plano para se sustentarem politicamente no poder. A oligarquia clientelista garantia aos militares uma espécie de servidão.

O Estado é sempre de um mandato em favor de quem está no poder, pois é através das retribuições materiais e políticas que sustentam o clientelismo, não importa a orientação ideológica de quem está no poder. Trata-se, portanto, de reorientar a força do oligarquismo em favor de um Estado conservador (MARTINS, 1999, p.33).

Conforme afirma Martins, a troca de favores entre as oligarquias rurais e o governo continuou por toda a ditadura imposta pelo regime militar, casos em que foram cassados muito mandatos de políticos. As práticas clientelistas continuaram assim, em pleno vapor.

A ditadura do período militar fora marcada pelo autoritarismo, perseguição política, repressão aos que eram contra o regime:

[...] quando muitos intelectuais de esquerda estavam sendo presos, cassados ou perseguidos viu-se um súbito revelar de relacionamentos pessoais entre muitos deles e membros do grupo vencedor, de direita, a quem recorriam para escapar da prisão, para libertar um filho, tentar destruir uma ficha policial ou obter informações sobre algum deles já encarcerado. Tudo perfeitamente integrado na lógica das concepções oligárquicas relativas à troca de favores (MARTINS, 1999, p.39).

Nos relatos do autor, fica claro que a política dos favores era algo tão presente e considerado “natural” na vida política do Brasil, que até mesmo na ditadura ela não deixou de ser utilizada.

O período da ditadura militar durou até 1984, quando através de pressões populares, movimentos diversos alocados no PMDB, partido da oposição na época ao regime, defendiam o movimento das Diretas Já. No entanto, a então emenda chamada Emenda Dante de Oliveira não fora aprovada pela Câmara dos Deputados, quando então o Presidente do Partido da Ditadura (PDS), o então hoje Senador José Sarney renuncia à presidência do partido. Culminou que integrantes dissidentes do PDS, juntaram-se e formaram o PFL – Partido da Frente Liberal, que juntamente com o PMDB fizeram um acordo e lançaram como candidato a Presidente do Brasil, Tancredo Neves (PMDB), tendo como vice, José Sarney. É bom lembrar que as eleições continuavam indiretas, ou seja, quem elegia eram os membros do Congresso Nacional:

A ditadura militar só acabou em 1985, porque uma facção oligárquica se retirou do partido governista e se aliou à oposição, assegurando, assim, a eleição de um civil, Tancredo Neves, para a Presidência da República (um civil que, de qualquer modo, vinha do antigo PSD oligárquico) (MARTINS, 1999, p. 49).

No ano de 1985 foi aprovada no Congresso Nacional uma importante Emenda a Constituição, de número 25, cuja promovia alterações significativas na dinâmica das eleições no Brasil, cujas normas em vigor até então, era do Regime Militar. Por esta Emenda, as eleições para Presidente da República que antes eram indiretas, agora passariam a ser direta e por maioria absoluta de dois turnos; os analfabetos adquiriam o direito a voto e aos maiores de 16 anos lhes foi dado o direito de votar.

A Constituição Brasileira é aprovada em 1988 instituindo no país a democracia, pondo fim terminantemente nos anos de ditadura. Em 1989 acontece a primeira eleição direta para presidente da República e também a mais concorrida, pois tinham 24 candidatos. Sai vencedor o candidato Fernando Collor de Melo (PRN).

Com a renúncia de Collor, assume o governo seu vice-presidente Itamar Franco. O mesmo realizou plebiscito para escolha de sistema de governo no Brasil, onde foi confirmado pela população o sistema republicano presidencialista. Com a inflação crescente, Itamar nomeia Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, que então institui o Plano Real para combater a inflação. O plano dá resultado, e Fernando Henrique candidatou-se a presidente em 1994 e foi eleito no 1º turno.

Fernando Henrique Cardoso assume o poder em 1995 e promete lutar pelo social. Abriu a economia do país ao capital privado mediante a privatização de empresas estatais, o que provocou protestos pela população, mas ele mantém-se firme nesta ideia. Ele foi reeleito em 1998.

No ano de 2002 ganha a eleição o ex-metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva (PT) que já tinha concorrido a presidência por três vezes sem lograr êxito. Diferente das outras vezes em que foi candidato, o Lula de 2002 teve uma aparência conciliatória como candidato. Antes, Lula defendia em suas campanhas um Brasil socialista, coisa que fora abandonada neste novo Lula. Fez logo em sua candidatura, alianças com partidos diversos, como o PL que indicou como vice, um dos maiores empresários do Brasil, José Alencar.

Após ser eleito presidente, Lula passou imediatamente a fazer uma ampla maioria de apoiadores no Congresso Nacional. Isto porque, a história brasileira

mostrou que os presidentes que não tinham a maioria absoluta no Congresso Nacional, não tiveram seus mandados concluídos. Aconteceu com Jânio Quadros, que renunciou em 1961; com João Goulart que fora deposto em 1964 e Fernando Collor de Melo que foram impedidos em 1992. Sem maioria de deputados e senadores no Congresso, o presidente não tem como aprovar os projetos de seu interesse, como as reformas.

Vê-se assim, que o clientelismo impera a forma de relações entre o Executivo Federal e o Legislativo Federal no que tange a decisões, fazendo parte então o jogo da política toma-lá-dá-cá da cultura brasileira. Tais formas clientelistas de relações acontecem em todas as esferas da administração pública.

As oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho de Estado. Em consequência, nenhum grupo ou partido político tem hoje condições de governar o Brasil, senão através de alianças com esses grupos tradicionais... Nem mesmo os militares, secularmente envolvidos num antagonismo histórico com as tradições oligárquicas, conseguiram nos vinte anos de sua recente ditadura destruir as bases de poder local das oligarquias... No fim, o poder pessoal e oligárquico e a prática do clientelismo são ainda fortes suportes da legitimidade política no Brasil (MARTINS, 1999, p. 20).

Vê-se assim que o clientelismo continua vivo e operante na administração pública mesmo nos dias atuais. Como se vê, o Presidente da República é obrigado a lotear os cargos federais com membros da base aliada em troca de votos. Cada partido político é dono de um ministério, para que então, seus parlamentares possam votar em projetos de interesse do executivo, traduzindo-se assim como sendo uma forte relação clientelista a nível federal, estadual e municipal.

3. METODOLOGIA

Este trabalho de conclusão de curso é o resultado de uma pesquisa tipicamente DESCRITIVA e BIBLIOGRÁFICA com algumas ABORDAGENS qualitativas a eleitores da Cidade aos quais relatam fatos políticos das eleições municipais. A pesquisa bibliográfica deu-se através de consultas em livros sobre o assunto, trabalhos científicos, portais da internet, dentre outros.

A abordagem qualitativa foi adotada, pois ela tem um caráter exploratório, uma vez que estimula o entrevistado a pensar e a se expressar livremente sobre o assunto em questão.

As Abordagens aconteceram no Município de Borborema PB. O objetivo desta pesquisa, fora conceber a dinâmica clientelista da cultura política neste município.

Os sujeitos das abordagens realizadas nesta pesquisa foram quatro vereadores; dois professores; um diretor de Escola, o ex-prefeito do município em questão e 10 eleitores comuns cujos nomes serão preservados.

Os instrumentos utilizados como coleta de dados foram questionários com perguntas abertas e questionamentos sobre o motivo do voto em determinado candidato. (APÊNDICE– pág. 38)

3.1 DELIMITAÇÕES DO OBJETO DE PESQUISA

A cultura política imperante nas cidades interioranas possui ainda forte influência das práticas clientelistas praticadas no passado. Estas práticas vinculam-se a questões diversas que se materializam em função da pobreza reinante da população, que não possui acesso aos serviços essenciais enquanto cidadãos, e não veem outra alternativa senão a de se sujeitar a este tipo de relação.

As relações clientelistas dão-se de várias formas: entrega de objetos pessoais e de objetos para suas casas, oferecimento de tratamento de saúde, promessas de empregos em cargos públicos, realização de obras em determinados locais e outras práticas similares.

Apesar da Constituição de 1988 ter garantido o voto livre e secreto, observam-se que as práticas coronelistas em cidades interioranas sobrevivem ao tempo. Vê-se de tudo nestas cidades, tais como: negação de serviços públicos para quem se nega a votar em candidato A ou B, compras de voto; contagem de votos em determinadas

urnas para averiguação de votos x e y comprados em determinadas vilas, (isto ainda é possível nos dias atuais em seções eleitorais existentes em vilarejos de cidades pequenas, pois o número de votantes destas seções é reduzido, e os eleitores ainda possuem o costume de dar a cópia dos seus títulos, para os candidatos que eles apoiam. Desta forma os candidatos sabem quantos votos teve em determinada sessão através dos boletins de urna.), dentre outros casos. O objeto de estudo desta pesquisa surgiu efetivamente, para que se observe como acontece o exercício de tais relações na cidade de Borborema.

Objetivo Geral

- Fazer uma reflexão sobre as relações entre político e eleitor existente no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, discutindo vícios e práticas existentes no sistema.

Objetivos Específicos

- Explicar a dinâmica clientelista da cultura política no Brasil
- Descrever a relação clientelista existente no município de Borborema-PB
- Analisar como é o voto do Brasileiro “mais humilde”

Através das respostas destes objetivos, reuniremos informações para demonstrar o quanto é comum a prática do clientelismo, não só no Município de Borborema – PB, mas provavelmente em quase todas as cidades do Brasil.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 A RELAÇÃO POLÍTICA ENTRE ELEITOR E POLÍTICO EM BORBOREMA

Sabe-se que uma das características do sistema clientelista, é o voto enquanto moeda de troca, ou seja, uma relação que gira em torno de vantagens individuais entre eleitores e políticos, eleitores estes de camadas populares mais pobres da sociedade. Conforme já dito anteriormente, este tipo de relação acontece desde a época em que o Brasil ainda era Colônia de Portugal.

No período que antecede as eleições, percebe-se que a população do Município de Borborema, vive permanentemente no clima de campanha política. Entretanto, este clima político diz respeito a fofocas e especulações sobre a vida de um ou outro político do município, bem como eventuais roubos cometidos por algum deles, traições, enfim, este tipo de coisa.

Nas campanhas políticas, a relação exposta no parágrafo anterior acontece com grande intensidade. As campanhas em Borborema acontecem de maneira acirrada, pois as pessoas vão para os comícios, colocam fotos de seus candidatos nas paredes de suas casas, fazem carreatas, passeatas e cavalgadas, além de diversas festas em fazendas.

4.2 A DINÂMICA ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2012

Aconteceram eleições para Prefeito e Vereadores no ano de 2012. Ao questionar as pessoas o que as levaram a votar em determinado candidato naquelas eleições, muitas afirmaram que foi porque ele era apoiado pelo prefeito anterior. Algumas pessoas afirmaram que seria porque devia favor. Já no que se refere a vereador, a maioria dos entrevistados afirmou que votou em determinado candidato, porque “devia um favor” ou também por questões de amizade. O que é importante destacar, é que os candidatos a vereador não apresentaram propostas concretas de melhoria de vida da população. Apenas acompanhavam seu candidato a prefeito nas visitas à casa das pessoas ou nos comícios.

Vereador não faz nada mesmo. A gente vota porque tem que votar e aí, eles vão lá ganhar o dinheiro deles. A única coisa que eles fazem é ir a sessão dizer se são contra ou a favor de algum projeto do prefeito. A grande maioria não sabe nem no que vota lá na hora, o que importa para eles, é se estão agradando ao prefeito votando no que ele quer. Eles só pensam neles mesmos. (PROFESSOR A).

Observa-se que nesta eleição a maioria dos eleitos à Câmara Municipal é composta por membros da coligação política da Prefeita eleita, a Sra. Paula Maranhão (PSL). Viu-se que nenhum dos vereadores eleitos apresentou alguma proposta concreta de trabalho. Então é de se perguntar: como eles conseguem se eleger?

A estratégia utilizada pela maioria dos candidatos a prefeito e a vereador foi o “toma lá dá cá”, mesmo que falem diariamente nos meios de comunicação, as eventuais punições para os políticos que praticam tal ato. Ao observar o dia-a-dia da campanha política, pode-se ter uma ideia do volume de recursos que são gastos por candidatos a prefeito e a vereador para que sejam eleitos. Embora o candidato da oposição não tivesse as mesmas condições do candidato que estava no poder, por estar “fora da máquina”, é comum as pessoas dizerem:

Ora, o candidato fulano de tal não tem chance de ganhar não. Ele não está com a máquina na mão como o outro está. O outro “tem as chaves do cofre” nas mãos, só perde a prefeitura se quiser. Se o candidato Fulano quiser ganhar a eleição, vai ter que gastar muito dinheiro (PROFESSOR B).

As pessoas aceitam com naturalidade o fato de um candidato usar os recursos públicos para se eleger, ou seja, elas não reagem com indignação ao relatar que determinado candidato tem mais possibilidades, porque está com a prefeitura “na mão”.

Se uma pessoa pedisse cinquenta, cem reais, o Fulano metia a mão no bolso e dava mesmo. Ele já andava com um monte de cédulas de cinquenta e cem reais, justamente para “fazer a política”. É porque aqui no interior o povo é muito carente e pede mesmo. O Fulano é chamado candidato do povão, porque ele é bom para o povo (VEREADOR A).

Nas palavras do vereador entrevistado, vê-se aí claramente compra de votos de forma explícita e sem nenhum pudor por parte das pessoas que as praticam e as que assistem o episódio, tudo considerado “normal” nestas épocas de campanhas políticas. Para que se possa mudar a concepção das pessoas acerca da existência de ilícito em tais relações demanda de muito trabalho e educação. O fato da

campanha política acontecer mediante a distribuição de dinheiro por parte dos candidatos faz com que sua campanha fique bastante ativa nos setores mais vulneráveis das camadas baixas.

É importante destacar que o candidato Beltrano, por ser da oposição, vai distribuir bens aos seus eleitores tirados de seu próprio patrimônio, assim como o fazem os candidatos a vereador. Este fato faz com que o candidato Beltrano fique dependente deste tipo de ajuda (dinheiro, remédio, telhas, cimento, etc.) para que se apresente como liderança.

“O clientelismo tem a finalidade de amarrar politicamente o beneficiado. Os intermediários de favores, prestados às custas dos cofres públicos”. (BÖHME, Gerhard Erich)

Nas eleições municipais, não se fala em outra coisa no município que não seja em política. Todo mundo vive e respira as eleições, sejam para prefeito ou vereador. Até as crianças apropriam para si os candidatos de seus pais, ou seja, ao interrogar uma criança “em quem você vai votar”, ela declara de imediato o candidato da preferência de seus pais. No município fica um clima de rivalidade bastante explícito, chegando ao ponto de eleitores deixarem de usar determinada cor em roupas que sejam do candidato adversário.

É comum também, haver bastantes desentendimentos e agressões verbais e físicas nesta época. É porque os candidatos a prefeito e a vereador tendem a agradar seus eleitores dando-lhes cachaça. Se um eleitor estiver num bar, e um candidato passar e não pagar cachaça, este (eleitor) fica com raiva e sai falando mal do candidato. Nas festas dançantes, observa-se que os eleitores gostam de ir pedir ingressos aos políticos. Existe também a questão do político forte pagar caixas de cervejas para seus eleitores, “liberar a festa” e por aí vai.

4.3 A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS E SEUS ELEITORES

Nas entrevistas realizadas, no que se refere à política de 2012 em Borborema, para as pessoas que responderam ao questionário, pode-se afirmar que um dos fatores decisivos para escolha do candidato foi o fator continuidade, ou seja, preferem votar em quem está no poder, pois se houver mudança possivelmente haverá mudanças que não agradará a todos, principalmente a quem apoia o candidato que está tentando se reeleger. Cerca de 60% dos entrevistados afirmaram

apoiar o candidato da situação. Já no que se refere a propostas para um governo futuro, teve-se um percentual de 30%. Outros motivos estiveram inclusos nos 10%.

15 dos 18 eleitores que responderam o questionário, quando interrogados se conheciam alguém que trocou seu voto por alguma vantagem material, financeira ou cargo público, declararam conhecer alguém, embora todos que participaram da pesquisa não admitam explicitamente que trocou seu voto por alguma vantagem para si próprio.

Conheço muita gente que trocou voto por material de construção ou por dinheiro para pagar alguma dívida ou ainda, em troca de emprego. Telhas, tijolos, sacos de cimento, remédios, dentaduras, óculos, são coisas que eles candidatos mais oferecem e dão. Para quem tem estudo, eles oferecem emprego na prefeitura, principalmente para o cargo de professor. Para ganhar um contrato de professor, basta ter a indicação de um vereador. Eu por exemplo, sou diretor de escola, daí tenho que votar no candidato do prefeito e num vereador do lado dele (DIRETOR DE ESCOLA).

99% das pessoas votam em troca de alguma coisa. Eu, por exemplo, votei num candidato a vereador [...] porque ele me segura como professor contratado. Como não passei no concurso e preciso do emprego, tenho que votar nele para poder garantir meu “ganha-pão”. (PROFESSOR A).

Em função destes relatos, fica clara a relação clientelista, relação esta caracterizada pela troca de favores entre políticos e eleitores. Os eleitores, em função do quadro de vulnerabilidade financeira que vivem, deixam-se influenciar e utilizam seu voto em troca de algum eventual benefício, seja este de ordem material ou imaterial.

Os relatos, como o do Professor A, mostra que existe uma dependência muito grande de professores de seus candidatos, visto que graças à interferência dos vereadores, os professores têm seus empregos mantidos, evidenciando aí claramente uma forma de interferência política no aparelhamento do Estado. É interessante destacar que esta relação de dependência também acontece em relação às eleições estaduais, o que demonstra claramente a relação coronelista existente entre os grupos políticos municipais para a manutenção de determinado governo e deputados estaduais.

É preciso também conceber a opinião dos vereadores sobre o sistema operante, ou seja, a visão deles. Em entrevista com três vereadores sobre a forma de se elegerem a cargos públicos, relataram:

A maioria dos eleitores que me procuram, pedem alguma coisa em troca de votar em mim e se eu não der o que eles querem, eles não votam. Quanto mais votos na casa, maior o pedido. Eles pedem coisas como telhas, tijolos, cimento, remédios, dentaduras, óculos, dinheiro, etc. Tem de tudo. A maioria dos votos que eu tenho são comprados. Muitos eleitores dizem que não me pediram nada, apenas “um favor”, como uma mudança. Ora, uma mudança também custa dinheiro (VEREADOR A).

Antigamente existia muito a questão da troca de favores, mas atualmente o que impera mesmo é a compra do voto. Tem gente que pede carteira de motorista, identidade, pintura de carro, pneus de moto, pneus de carro, tudo, e em troca promete votar. Mesmo tendo muita campanha na televisão contra a compra de votos, ainda vai demorar muito para acontecer a proibição total (VEREADOR B).

A gente que se candidata a vereador é muito sacrificado. Hoje em dia está muito caro pra gente se eleger, pois o pessoal pede de tudo. Até fechadura de porta de casas o pessoal pede. E quase não tem retorno, porque além da gente ajudar o povo na época da campanha, tem também que ajudar nos quatro anos. Tá certo que tem gente que vota por consideração, mas até esta “consideração” tem um preço, que vai de ajuda para remédios, conta de luz, de água, ou coisa assim (VEREADOR C).

Diante dos relatos, percebe-se que a pobreza é um dos principais fatores que interferem para que as pessoas procurem os políticos para negociar seu apoio. Observa-se também um descaso por parte do Estado no que se refere às políticas públicas e serviços essenciais, já que eleitores procuram os candidatos para ajuda na compra dos remédios.

De acordo com Arendt (1999), o uso destas práticas clientelistas na política acaba por gerar uma população viciada e dependente da ajuda dos políticos e órgãos públicos que sofrem interferência destes, principalmente no ano de eleição. Para muitos eleitores, a eleição municipal é a mais importante, porque veem suas demandas pessoais serem mais rapidamente atendidas. Isso é preocupante, porque prescindem de sua cidadania em troca de vivenciar temporariamente uma situação de vantagem pessoal em vez de uma questão de interesse coletivo.

Vê-se assim, que a relação coronelista-clientelista mantém-se até os dias atuais em vigor, embora com outra roupagem. Os coronéis do agora não são mais os grandes fazendeiros, mas aqueles que estão nos cargos de liderança da prefeitura que sujeitam os eleitores na política dos favores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tratou do tema política e clientelismo no município de Borborema. Para que ele fosse melhor fundamentado, fez-se um histórico do surgimento do clientelismo no Brasil, para que assim se pudesse compreender melhor a cultura deste hábito na política deste município.

Viu-se que o clientelismo teve sua origem na zona rural, especificamente, na propriedade de terra, via lavoura e pecuária, durante vários anos e regimes políticos que imperou em solo brasileiro. Inicialmente, viu-se que esta prática fora mais acentuada no período logo após a abolição da escravidão, cujos escravos agora “livres”, não tinham como sustentar-se em função de que não tinham posse de terras nem nada, tendo-se que se submeter às regras impostas pelos grandes proprietários de fazenda.

Diferente daquela época, nos dias atuais este estilo de fazer política sustenta-se pela máquina administrativa local – a prefeitura, mediante o assistencialismo paternalista. Nesta rede, encontram-se relações que perpassam as esferas estadual e federal, relações estas que passam para o povo, as qualidades dos políticos como líderes, capazes de convencer o povo pelo seu trabalho, ou seja, utilizam-se da máquina pública para realizar ações desejadas pelo público, para que assim sejam chamados de “bondosos”, “trabalhadores”, dentre outros.

Outra característica da política local que aparece nas respostas dos questionários é a troca de favores. Favores em troca de votos. Nas épocas de campanhas eleitorais, os candidatos prometem e dão “presentes” das mais variadas formas, que vão desde remédios, materiais de construção, dinheiro, dentaduras, óculos, empregos, dentre outros. Observa-se que muitos destes pedidos dão-se em função da ausência do poder público na manutenção de serviços básicos à população, como a questão da saúde, que faz com que as pessoas solicitem aos políticos tais ações.

O baixo poder aquisitivo dos eleitores é uma questão determinante para a ocorrência de tais políticas, o que acaba tornando o sistema político destes municípios um tanto viciado e faz com que exista uma relação de dependência das pessoas em relação aos políticos e vice-versa. Como os eleitores estão desiludidos com os políticos em função de promessas de serviços públicos não cumpridos,

acabam acreditando que receber benefícios de ordem imediata é bem mais vantajoso do que acreditar em promessas que poderiam beneficiar toda a comunidade e cuja efetivação é incerta.

O que é interessante observar é que apesar de os meios de comunicação veicularem a questão do ilícito que tais trocas representam, inclusive com previsão de prisão para políticos que forem flagrados concedendo bens materiais em troca de votos, os eleitores acham essa prática normal. Em entrevistas realizadas, viu-se que as pessoas contam que é comum o candidato Fulano de um partido colocar a mão no bolso e dar dinheiro às pessoas.

Conclui-se assim que a prática do clientelismo deriva do coronelismo, perpassou mais de um século no Brasil e continua operando nos dias atuais. Mudar esta prática é difícil, porque implica mudar uma cultura a qual o povo já vem construindo há anos. Entretanto, sabe-se que um processo educacional que esclareça as pessoas e as forme efetivamente em termos da importância da democracia e cidadania para o crescimento de um país, fatalmente reverterá em desconstrução desta prática, ainda que a médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. A Condição Humana. Tradução de Roberto Raposo; posfácio de Celso Lafer. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

BOBBIO, Norberto. Política. In BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (Editores). Dicionário de Política. 5ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

BÖHME, Gerhard Erich. *O que é Clientelismo Político e como superá-lo?*. Disponível em <<http://www.alertatotal.net/2006/05/o-que-clientelismo-politico-e-como.html>>.

DANTAS, Ibarê. Coronelismo e Dominação. Aracajú, Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CECAC, Programa Editorial, 1987.

DINIZ, Eli. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. Rio de Janeiro: Dados, U. 38, n.3, 1995.

DUVERGER, Maurice. Partidos políticos e sistemas eleitorais no Brasil. Brasília: UNB - Universidade de Brasília, 1992.

FAORO, Raimundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 15. ed. São Paulo: Globo, v. 2, 2000.

KINZO, Maria Dalva G. Representação política e sistema eleitoral no Brasil. São Paulo: Símbolo, 1990.

LANNA, Marcos P.D. A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 4. ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1998.

MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

APÊNDICE
(Modelo de Formulário de Pesquisa)

Questionário de pesquisa. Eleições de 2012 (Borborema – PB)

Este questionário fará parte do TCC do aluno FRANCISCO THIAGO MEDEIROS LIMA para o curso de Adm. Pública, oferecido pela UEPB.

Nome (opcional): _____

Cargo ou função: _____

Nas eleições para Prefeito e Vereador realizados neste município em 2012, o que lhe levou a votar no candidato de sua escolha?

Você já trocou seu voto por favores políticos, ou conhece alguém que já realizou este procedimento?

Comentário ou observação que o Sr(a), queira expor de livre vontade.(opcional)

Os nomes citados neste questionário, não serão expostos no Trabalho Final.